

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Da Deputada Júlia Marinho)

Altera o texto do art. 12 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

*“Art. 12.
.....*

5 – deixar de cumprir, ultrapassados 30 (trinta) dias do prazo estabelecido na intimação judicial, os mandados de reintegração de posse expedidos pelo Poder Judiciário. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresentamos visa alterar a Lei 1.079/50, que dispõe sobre os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, a fim de incluir como tal o descumprimento dos mandados de reintegração de posse expedidos pelo Poder Judiciário.

Trata-se de medida salutar e extremamente importante diante do quadro fundiário brasileiro atual. Propriedades produtivas que atendem sua função social são invadidas, o patrimônio é dilapidado e, mesmo

depois de obterem mandados de reintegração de posse expedidos pelo Poder Judiciário, os proprietários não conseguem reaver suas terras porque o Governador do Estado não toma providências no sentido de cumprir a decisão judicial.

A atitude dos governadores, além de gerar conflitos sociais e problemas econômicos, conduz à impunidade e estimula o processo de desrespeito à coisa pública, à propriedade e à lei.

A causa dessa anarquia no campo é um flagrante desrespeito à população, decorrente da ausência de autoridade nos Estados e no Distrito Federal. A ausência de autoridade, por sua vez, provoca um desrespeito gritante à legislação vigente e, em consequência, desrespeito a direitos adquiridos de trabalhadores e proprietários rurais.

Imputar crime de responsabilidade ao Chefe do Poder Executivo Estadual que descumprir os mandados de reintegração de posse expedidos pelo Poder Judiciário é, a nosso ver, medida de grande relevância, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, que resgata projeto de teor semelhante, do ano de 2006, de autoria do então Deputado Zequinha Marinho.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputada JÚLIA MARINHO